

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.243.489 - SP (2018/0013305-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : S Y P M DE O
ADVOGADOS : MICHEL CALFAT ABUSSAMRA - SP169315
CAMILA RAITE BARAZAL TEIXEIRA - SP341224
AGRAVADO : R M M DE O
ADVOGADO : CLÁUDIA STEIN VIEIRA - SP106344
ADVOGADA : VERIDIANA PEREZ PINHEIRO E CAMPOS - SP152087

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por S. Y. P. M. De O. em face da decisão acostada a fls. 899-901 e-STJ que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 848-854 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Pedido de levantamento (à conta de valores depositados pelo devedor em execução de alimentos) de valor pago pela exequente com a contratação particular de advogado Exequente que alega ter experimentado perdas e danos Não configuração de conduta ilícita por parte do devedor Honorários advocatícios sucumbenciais que compreendem também as despesas que a parte teve de fazer para demandar, ou seja, as perdas e danos Se a parte contrata outros honorários particularmente, ao abrigo do estatuto da advocacia, é de entender “que a lei os tirou do vencedor e não do vencido, que neste caso seria onerado duplamente” Verba indevida Decisão que autoriza o levantamento, reformada.

Opostos embargos de declaração (fls. 856-859 e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 861-866 e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os artigos 389, 395 e 404 do Código Civil, sustentando ser cabível o ressarcimento dos honorários contratuais por ela despendidos em virtude de ajuizamento de ação de execução de alimentos.

Contrarrazões a fls. 887-898 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem negou seguimento ao apelo nobre indicando insuficiência de fundamentação recursal, por aplicação da Súmula 7/STJ e ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e o caso paradigma no dissídio alegado.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada a fls. 903-908 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta a fls. 910-918 e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

O recurso não comporta provimento.

1. Consoante os julgados a seguir transcritos, a jurisprudência desta Corte

Superior, não integram o valor da indenização o valor dos honorários contratualmente definidos entre a parte e seu advogado para o patrocínio da demanda. Veja-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. ART. 489 E 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. TÉRMINO RELAÇÃO CONTRATUAL. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE MULTA COMPENSATÓRIA COM CUMPRIMENTO OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. HONORÁRIOS CONTRATUAIS NÃO INTEGRAM VALORES DEVIDOS A TÍTULO DE PERDAS E DANOS. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

4. **O acórdão encontra-se em harmonia com a jurisprudência dominante do STJ, no sentido de não ser cabível a condenação da parte sucumbente aos honorários contratuais despendidos pela vencedora.**

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1294687/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018 - sem grifos no original)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DANO MATERIAL. MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. PERDAS E DANOS. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.

1. **Quanto à reparação de danos requerida pelo recorrente, em decorrência de gastos com a contratação de advogado para ajuizamento de ação, é firme o entendimento do STJ segundo o qual tal fato, por si só, não constitui ilícito capaz de ensejar danos materiais indenizáveis.**

2. O acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece prosperar a irresignação.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1696910/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 19/12/2017 - sem grifos no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. PERDAS E DANOS. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO PRETORIANA SEDIMENTADA.** AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 770.218/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 16/05/2017 - sem grifos no original)

PROCESSUAL CIVIL. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. INCLUSÃO NA INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. IMPOSSIBILIDADE.

1. **Os honorários advocatícios contratuais não integram os valores devidos a título de reparação por perdas e danos, conforme o disposto nos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil de 2002.** Precedentes: REsp 1.480.225/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 11/9/2015; AgRg no REsp 1.507.864/RS, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira

Turma, DJe 25/9/2015; AgRg no REsp 1.481.534/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 26/8/2015).

2. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 746.234/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 19/11/2015)

Segundo os autos, a Corte de origem afastou o pedido de condenação ao pagamento dos honorários contratuais estabelecidos entre a autora e o causídico para o ajuizamento da demanda. Cita-se (fl. 852 e-STJ, sem grifos no original):

Ocorre que o simples fato de a exequente ter ajuizado a demanda, em razão do inadimplemento atribuído ao ex-marido, no caso, não significa que teve ela necessidade de adotar medida judicial por conduta ilícita do devedor e com isso ser ressarcida por perdas e danos.

O acórdão impugnado acompanhou nesse ponto a orientação firmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça. Aplica-se, portanto, o óbice enunciado na Sumula 83/STJ: *Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.*

2. Do exposto, nega-se provimento ao agravo em recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator